

África do Sul "deixa cair" Evo Fernandes

O Jornal

14/12/84

Daniel Ribeiro, em Maputo

O plano para a paz em Moçambique parece estar bem delineado pelos governos de Maputo e de Pretória: o sector branco do MNR, que, afirmam, actua fundamentalmente a partir de Lisboa, considerado pelos dois governos como o principal obstáculo para o sucesso das negociações em curso, deverá ser isolado e aniquilado a curto prazo, privilegiando nas conversações a «componente moçambicana» da Renamo. Resta saber, para o êxito deste plano, se os «liberais» do executivo sul-africano conseguirão convencer os «duros» a «deixar cair» completamente Evo Fernandes e a chamada «componente portuguesa». No caso do isolamento desta componente da Renamo se verificar, é de crer que o governo de Maputo inicie negociações directamente com os operacionais da «resistência».

Segundo informações de círculos responsáveis de Maputo, os liberais sul-africanos parecem estar de facto decididos a isolar o sector do MNR liderado por Evo Fernandes. No entanto, os «civis» de Pretória não parecem estar neste momento numa posição muito favorável, e contarão no país com uma forte oposição à «abertura» para com o governo de Moçambique.

Esta oposição, provinda essencialmente dos ultras do exército, é aliás evidente no terreno pois que são eles que, ao que parece à revelia do governo, continuam a fornecer o fundamental do armamento e apoio aos «guerrilheiros» do MNR. Estes fornecimentos têm sido muito importantes para as mais recentes acções da Renamo, que ultimamente têm sido

particularmente bem orientadas e dirigidas para objectivos estratégicos vitais da Republica Popular de Moçambique, nomeadamente através de sabotagens e destruição de postos de energia eléctrica e do corte das principais estradas do país, estando neste momento várias cidades afectadas por estas sabotagens — Maputo e Beira, nomeadamente.

Para o governo moçambicano, as questões são claras: a chamada «componente portuguesa» tem objectivos que não serão os mesmos da «componente moçambicana» (ver entrevista com Jacinto Veloso) e, neste momento, a sua estratégia é tentar demonstrar isso com a maior brevidade possível.

Ao tentar dividir o MNR, o governo moçambicano dá as-

sim sinais de abertura a alguns sectores da «resistência», dizendo-se mesmo que alguns dos seus dirigentes «operacionais» estarão neste momento a ser cativados e sensibilizados para o apoio a esta estratégia, tanto pelos sul-africanos como por alguns dos responsáveis moçambicanos.

Evo Fernandes e os membros do MNR na Europa poderão, assim, vir a conhecer, brevemente, algumas dificuldades no apoio que têm tido e, se o plano de «cativação» dos «negros» da Renamo evoluir no sentido desejado por Pretória e Maputo, é de crer que, talvez pela primeira vez, possam vir a ser contestados do próprio interior da Renamo.

Os militares maximalistas sul-africanos poderão, no entanto, vir a comprometer todo o processo. Para além de Moçambique, estes sectores não vêem com bons olhos as negociações que prosseguem com Angola e, fundamentalmente, não estão interessados em conceder a independência à Namíbia. Ceder em Moçambique é, para eles, abrir perigosos precedentes, e, na sua opinião, a filosofia do «apartheid» não o permite ...

Tanzânia e Zimbabwe vão apoiar Moçambique

Os moçambicanos não podem perder tempo e desejam uma solução rápida à autêntica guerra que está a asfixiar o país. A situação no interior de Moçambique é dramática, devido às dificuldades de circula-

ção, à falta de alimentos e às intensas actividades do MNR, o que tem originado o crescimento de um grande sentimento de frustração e de impotência junto de muitos moçambicanos, e mesmo de alguns quadros partidários. O presidente Samora Machel, atento à perigosidade do desenvolvimento de um clima deste tipo no país, está a tentar encontrar por todas as formas uma saída para o impasse, e procura sensibilizar a comunidade internacional, e sobretudo africana, para o apoio à sua «démarche» para a paz em Moçambique.

Foi assim que, na semana passada, antes da reunião em Arusha dos países da Linha da Frente, ele se deslocou com três dias de antecedência à capital tanzaniana, onde teve intensas reuniões com o presidente em exercício da OUA, Julius Nyerere, procurando elucidá-lo sobre os objectivos de Moçambique nas actuais negociações com a África do Sul e a aplicação do acordo de N'Komati. Julius Nyerere tinha criticado abertamente este acordo, considerando-o como «uma humilhação» para a África.

Segundo informações de fonte moçambicana, Samora Machel deslocou-se a Arusha com uma larga documentação sobre a situação no seu país e, através de várias reuniões, conseguiu fazer com que o presidente tanzaniano «compreendesse melhor» a posição do seu governo e que, pelo menos, deixasse a Maputo o «benefício da dúvida», isto é, dando a Maputo «luz verde» para prosseguir na tentativa de aplicação integral do acordo de N'Komati. Neste sentido, não só a OUA não criticará nos próximos tempos as posições da Samora Machel, como a própria Tanzânia poderá vir a apoiar os esforços do governo e do exército moçambicano no combate ao «banditismo» que grassa por toda a ex-colónia portuguesa, e que começa a ser também uma ameaça para as zonas fronteira-

ças tanzanianas. Também o Zimbabwe, que já tem apoiado militarmente as forças armadas moçambicanas, protegendo camiões de abastecimento e patrulhando algumas regiões da província de Tete e de Manica, poderá vir a intensificar a sua colaboração militar com as FPLM. Estas foram duas das orientações que terão sido tomadas na cimeira dos países da Linha da Frente que, apesar de não ter produzido um comunicado final, terá ainda decidido dar «campo livre» a Angola e Moçambique para que estes países conduzam autonomamente as negociações em que ambos estão envolvidos com a África do Sul.

Por outro lado, Moçambique e Angola deverão, a partir de agora, concertar-se mutuamente para as negociações futuras, e o presidente angolano, José

Eduardo dos Santos, deverá deslocar-se muito brevemente a Maputo para o estudo de uma estratégia comum.

Para além do reforço da combatividade das forças armadas moçambicanas, que estão a ser chamadas a um combate mais decidido ao banditismo, e da maior cooperação militar com os países vizinhos, Samora Machel e o governo de Maputo contam, com a colaboração dos países europeus, e sobretudo de Portugal, para o isolamento da chamada «componente portuguesa» do MNR, considerada a sua ala mais radical e a que está a bloquear a obtenção de resultados palpáveis nas negociações que têm decorrido, e em que participam as três partes implicadas no conflito — Moçambique, África do Sul e Renamo.

Ainda o telefonema de Mota Pinto para Evo Fernandes

O telefonema do vice-primeiro-ministro português, Carlos Mota Pinto, a Evo Fernandes, secretário-geral do MNR, terá sido uma armadilha montada pelos serviços secretos sul-africanos, em que o governante português caiu em cheio, segundo apurou «O Jornal» de boa fonte. A África do Sul, com o objectivo de desviar as atenções das dificuldades que estava a ter para aplicar o acordo de N'Komati, terá dado instruções a Evo Fernandes para este telefonar a Mota Pinto. Evo Fernandes ter-lhe-á deixado

recado, e Mota Pinto depois telefonou-lhe. Simplesmente, os serviços secretos sul-africanos, que tinham preparado a armadilha, teriam gravado o telefonema — gravação que viria a ser «prova» dos contactos do Governo português com o MNR. A partir daqui, estava lançada em força a discussão sobre a chamada «componente portuguesa», o que desviaria por algum tempo as atenções sobre o não cumprimento, por parte dos sul-africanos, do acordo de N'Komati...